

Há três temas que dominam as preocupações gerais no quadro da crise provocada pelos ataques de 11 de Setembro contra as Torres Gémeas do WTC e o Pentágono: o terrorismo, o islamismo e o Afeganistão. Se a preocupação em conhecer o Afeganistão e o Islão parece evidente, o mesmo não pode ser dito em relação ao fenómeno do terrorismo. Ou seja, se a necessidade de *combater* o terrorismo parece clara a todos, não vimos referência, entre nós, à importância de o estudar nas suas múltiplas vertentes. Será que escapa às pessoas a noção de que é possível estudar o terrorismo ao nível da sociologia, da psicologia ou da história? Será que esse estudo surge como suspeito – a não ser no campo restrito da recolha de informação pelos serviços secretos – por querer *compreender* o terrorismo, o que muitas vezes é confundido com *desculpar* os terroristas? O que nos parece por demais evidente é que a rejeição *a priori* de toda a forma de terrorismo não pode ser confundida com a rejeição do seu estudo rigoroso. Rejeição total do terrorismo, aliás, que só será coerente se corresponder a igual rejeição de toda a forma de luta violenta, visto que o terrorismo é apenas uma das tácticas possíveis de combate contra um determinado poder dominante, não podendo ser feita equivaler, por exemplo, a violência indiscriminada contra civis, que pode ter lugar em quadros muito diferentes, sem qualquer relação com as tácticas terroristas (o seu exemplo mais acabado é, afinal, o extermínio de judeus nos campos de concentração do Estado nazi alemão).

O que o terrorismo é e não é

O ponto de partida óbvio ao analisar o terrorismo é afirmar que tem, por um lado, uma história longa e agitada – como seria de esperar, dado o seu carácter violento; e, por outro, que é de definição difícil e controversa – como seria de esperar, dado o seu carácter marginal e de agitação política. De tal forma que há autores de referência que rejeitam empenhar-se nesse esforço de definição, por não o considerarem necessário para o estudo rigoroso do fenómeno (*v.g.*, Walter Laqueur¹). A nossa posição é que não é possível avançar sem definir alguns limites conceptuais. Significativamente, o mesmo Laqueur não consegue evitar a necessidade de dizer algumas coisas importantes a respeito do que é ou não é o terrorismo: 1) é uma palavra de origem francesa, que surge para designar o período mais violento da Revolução Francesa e a justificação do terror então praticado pelos principais responsáveis jacobinos, mas cedo se alarga a todo o tipo de apologia e prática da violência por vanguardas à margem do sistema dominante; 2) não é apenas um *modus operandi*, é também uma doutrina em torno dessa *praxis*; 3) é uma realidade cíclica, com picos e momentos

de completo, ou quase completo, desaparecimento, o que leva muitas vezes a pensar-se que se trata de um fenómeno inteiramente novo; 4) □ não é o mesmo que guerra ou mesmo guerrilha, ou outras formas de violência aterrorizadora.

Não surpreendentemente, os mais afoitos nesta questão da conceptualização são dois economistas, Todd Sandler e Keith Hartley, que se especializaram no estudo, segundo uma perspectiva económica, do comportamento violento dos grupos terroristas. Consideram que «o terrorismo é o uso (ou ameaça do uso) premeditado de violência [...] para alcançar um objectivo político através da intimidação ou do medo»².

Este aspecto é, de facto, independentemente de outras e mais ambiciosas definições possíveis, fundamental para qualquer entendimento da especificidade da violência terrorista porque determina uma tensão essencial neste fenómeno entre alcançar o máximo de impacto político e fazê-lo com o mínimo de custos políticos. No primeiro pólo temos a atracção pela produção do máximo de violência, no segundo o exacto oposto. Parece-nos, por isso, essencial ter este dado em conta na discussão actual, no sentido de saber se os ataques do 11 de Setembro marcam uma ruptura essencial no sentido de um *outro* tipo de terrorismo, ou até de um novo tipo de violência que justifica a elaboração de um *novo* conceito que não o de terrorismo. Mas deixemos isto para adiante. Por agora avancemos com dois outros dados importantes da análise económica do terrorismo fornecidos por Sandler e Hartley: o seu carácter cíclico e a procura de alvos e métodos de substituição.

Quanto aos ciclos de violência terrorista, eles prendem-se com vários factores. Desde logo, com a dificuldade intrínseca no uso prolongado da violência, mesmo por parte de actores sociais mais sólidos – como os Estados –, quanto mais por grupos marginais. Depois, com o sucesso das campanhas repressivas contra os terroristas. Finalmente, a par disso ou alternativamente, pela deliberada opção por um perfil baixo de forma a dificultar a tarefa repressiva e salvaguardar a sobrevivência da organização. Isto, até ao momento em que a dificuldade em manter um esforço de repressão e vigilância constante crie de novo vulnerabilidades por parte do *statu quo* que possam ser aproveitadas pelos terroristas.

A procura de formas alternativas de violência está relacionada com este factor. Mas não só – num ataque de surpresa são maiores as hipóteses de sucesso dos terroristas, quer porque é menos provável que existam medidas de segurança eficazes quer porque o inesperado tenderá a garantir um maior efeito psicológico. Os ataques do 11 de Setembro aos EUA foram a perfeita ilustração da operatividade desta análise. Os alvos anteriores da Al-

Qaeda, as embaixadas norte-americanas no Quênia e na Tanzânia, levaram a um repensar da segurança nos complexos diplomáticos dos EUA no estrangeiro, o que dificultou futuros atentados do mesmo tipo. A tentativa de destruir as Torres Gémeas «por dentro» em 1993 (introduzindo um camião de explosivos no seu interior) levou ao reforço da segurança à entrada do edifício. Toda a experiência anterior no que respeitava ao sequestro de aviões apontava no sentido do preservar da vida dos passageiros e de estes serem a moeda de troca dos terroristas. Tudo isto redundou, da parte dos terroristas, na procura de métodos alternativos de atacar os EUA e de eficientemente conseguirem a destruição das Torres e outros símbolos do poderio norte-americano. A «descoberta» do uso de aviões comerciais como armas permitiu resolver esse problema e jogou com as expectativas dos responsáveis relativamente a este tipo de sequestros para evitar contramedidas eficazes. Quanto ao impacto psicológico, ele seria necessariamente da maior intensidade, tanto mais que houve vários ataques muito próximos (aliás, um inequívoco sinal de um elevadíssimo grau de coordenação). Ora, o terrorismo é um uso deliberado e premeditado da violência por forma a produzir o terror; ou seja, o medo extremo no máximo número de pessoas, o máximo de impacto psicológico.

Objectivos, tácticas e armas

Entramos aqui noutra dimensão essencial do estudo do terrorismo: como alcançar estes objectivos? Ou seja, com que tácticas e com que armas? Todas as formas de luta são condicionadas por limiares tecnológicos e tácticos.

Quanto a este último ponto, é claro que a opção pelo terrorismo é, em si mesma, um sinal de radicalismo. É a escolha de grupos pequenos e absolutamente determinados que consideram que outras formas de luta não-violenta são demasiado demoradas, ou impossíveis, ou não produzirão os resultados revolucionários pretendidos, e que lhes faltam as condições para conduzir a luta armada de forma continuada, seja sob a forma de guerrilha, seja de uma guerra civil mais convencional³. Como referimos, isso não implica que uma organização terrorista esteja disposta a tudo. Implica, isso sim, como igualmente vimos, que dado o seu carácter de luta psicológica, atribui um elevado valor ao factor surpresa. O que pode levar a formas muito diferentes de combate.

Um dos primeiros grupos claramente identificáveis como terrorista antecipa muitos dos traços e objectivos dos seus sucessores: os *sicarii* – um grupo de extremistas religiosos e nacionalistas hebreus do século I d.C. que recusaram qualquer forma de conciliação com Roma – exibiam muitas das

características e objectivos de grupos posteriores. Desde logo, no seu carácter, quer nacionalista quer religioso, e no facto de serem quer combatentes dos ocupantes estrangeiros quer dos hebreus dispostos a negociar com eles e com um entendimento menos extremo da identidade religiosa e nacional do «velho» Israel. O seu nome vem do punhal curto – *sica* – com que matavam os líderes romanos e os que negociavam com eles. Mas cedo recorreram a outros métodos, dos incêndios de edifícios oficiais ao envenenamento de poços⁴. Neste sentido, e ainda que haja que ter em conta que apenas temos relatos de fontes hostis, parece claro que a pistola ou a carabina de precisão, o dinamite ou os explosivos de plástico, as armas químicas ou biológicas seriam bem acolhidas por estes radicais de há dois milénios atrás.

No entanto, não se pode daqui deduzir que a adopção de determinada arma e tática seja automática por parte dos grupos terroristas, uma vez que os respectivos objectivos estratégicos, sejam eles religiosos ou políticos, frequentemente impõem limites. Por exemplo, os *Nizari*, conhecidos por Assassinos (*a-Hashashin*, os que [alegadamente] consomem haxixe), organização de radicais xiitas que se manteve activa entre os séculos XI-XIII, não fugindo a algumas destas características – nacionalismo hostil a invasor estrangeiro, um puritanismo extremo hostil às correntes islâmicas mais moderadas –, sempre se recusaram ir além do assassinio com a espada – a distância segura da flecha era por eles encarada como uma fuga ignóbil à glória do martírio⁵.

Outros grupos, nomeadamente os actuais radicais islâmicos que se reclamam herdeiros dessa tradição, têm-se mostrado muito mais flexíveis. Porém, matar indiscriminadamente é contrário ao próprio conceito de terrorismo, que implica o uso da violência como instrumento de coacção psicológica visando determinados fins. Portanto, a prossecução de fins políticos (ou religiosos) por outros meios...

Quanto ao parentesco entre o terrorismo e a psicologia, ele parece óbvio. O terrorismo é uma forma de luta psicológica por excelência. Mais controversa poderia ser a seguinte questão: são os terroristas (clinicamente) loucos? Ou seja, é o terrorismo a manifestação de uma determinada patologia? Haverá um conjunto de patologias dominantes entre os terroristas? O facto de ser claro que o terrorismo muitas vezes corresponde a uma acção com uma determinada lógica não seria elemento suficiente de resposta, pois a paranóia e outras formas de alucinação podem também revelar um encadeamento profundamente lógico. No entanto, todos os estudos psiquiátricos negam a existência de uma elevada incidência de patologias graves nos grupos terroristas. De outra forma, aliás, dificilmente se

perceberia como poderiam eles funcionar de forma eficiente no ambiente hostil em que têm de sobreviver.

Isto não significa, evidentemente, que a psicologia não tenha dado importantes contributos para o estudo do terrorismo, para além desta conclusão genérica, já de si importante. Os psicólogos apontam para o papel fundamental das enormes pressões de grupo nesta forma extrema de vivência marginal, e para o risco constante das organizações terroristas caírem num ciclo vicioso de violência crescente, resultante do seu isolamento da sociedade envolvente, da identificação do radicalismo como o critério fundamental para apreciar a lealdade do grupo, e da construção de uma identidade assente precisamente no uso da violência e um critério de sucesso que pode ficar reduzido à espectacularidade do uso desta última⁶.

A verdade, de facto, é que a história do terrorismo nos mostra que a tendência geral no uso da violência para recorrer a tecnologia cada vez mais eficiente (ou seja, letal), também aqui se manifesta, assim como a tendência para os conflitos provocarem cada vez mais vítimas civis. Mas ela não deixa de sofrer constrangimentos importantes, a que em parte já aludimos. De facto, se o terrorismo pode ser especialmente atractivo para personalidades com dificuldades de integração e a tendência para projectarem numa visão maniqueísta do mundo exterior as suas próprias dificuldades pessoais, a verdade é que muitas vezes ao longo da história ele surgiu como a expressão de objectivos e princípios com que se identificam comunidades bem mais alargadas, protagonizada por indivíduos que, à partida, pareciam ter tudo para levar vidas confortáveis (de aristocratas irlandeses a milionários sauditas...).

Aliás, não por acaso, os estudos sobre o terrorismo apontam para o carácter bem mais prolongado e bem sucedido do terrorismo «comunitário», enraizado num grupo nacional (os exemplos mais em vista são os da ETA e do IRA), e que geralmente se apresenta como defensivo, em contraste com o terrorismo nascido de um radicalismo ideológico (anarquista no século XIX, ou de extrema-esquerda no século XX, religioso antes disso e nas últimas décadas) que geralmente se esgotou por incapacidade de resistência e reprodução no quadro de uma repressão apoiada pela maioria da opinião pública.

O terrorismo, como o mostra a obra clássica de Laqueur, tem uma história longa, mas irregular. Tratando-se de uma forma de luta própria de sociedades complexas e de Estados bem organizados, só a partir do século XIX é que o terrorismo iniciou uma clara curva ascendente, sendo até aí um fenómeno esporádico e difícil de distinguir de outras formas de violência. Um outra conclusão fundamental de Laqueur é que, de uma forma geral, o

terrorismo falhou. Não no sentido de que os seus ideais tenham sido rejeitados na totalidade, mas de que a tática escolhida acabou por justificar, no curto prazo, um agravamento da repressão estatal, o descrédito das causas apadrinhadas pelo terror, e a destruição violenta do próprio grupo terrorista⁷. A excepção a esta regra já foi referida no parágrafo anterior.

Um novo velho terrorismo?

Uma questão fundamental e urgente pode ser assim enunciada: até que ponto os ataques do 11 de Setembro alteraram de forma decisiva a natureza do terrorismo?

Um dos mais destacados peritos no terrorismo, Ehud Sprinkzak, define os novos terroristas como «Fanáticos Racionais»⁸. Já vimos como, efectivamente, também no recurso à violência por grupos de fanáticos marginalizados e determinados se pode encontrar o mesmo tipo de operacionalidade racional em termos de custos/benefícios. Na verdade, existe toda uma linhagem de doutrinação tática terrorista em torno deste tipo de equação⁹. Vimos como isto leva muitos grupos terroristas a conter o nível de violência utilizada, e a direccioná-la com muito cuidado. Daí o método terrorista mais difundido ser o assassínio de altos responsáveis, símbolos mais visíveis da ordem que se pretende destruir ou intimidar. Evitam-se assim custos políticos inerentes à matança de inocentes – o terrorismo é frequentemente apresentado, desde os teóricos do século XIX, como *propaganda pela acção* – e garante-se o máximo de visibilidade.

Os seguidores de Osama bin Laden parecem ter desafiado estes mandamentos. Sprinkzak comenta no seu artigo pós-11 de Setembro que se pode ter entrado numa nova era, em que indivíduos alienados (mentalmente ou não), sozinhos ou em pequenos grupos, e já não organizações com objectivos políticos de longo prazo – «Atiradores Solitários» – usariam a enorme quantidade de informação e de tecnologia altamente letal actualmente disponível para produzir catástrofes incomparavelmente maiores do que as do terrorismo «clássico». Vivemos numa Era de Extremos, e a extrema liberdade significa também extrema vulnerabilidade. No entanto, este novo terrorismo – conceito a que, quer Laqueur quer Sprinkzak aderem nos seus textos mais recentes –, produzindo enormes morticínios sem objectivos políticos a prazo parece enquadrar-se mais no conceito do *serial killer* e dos atiradores tresloucados que já se têm verificado, do que no de terrorista (mesmo se não se podem excluir sobreposições – veja-se o caso de Timothy MacVeigh). O que não significa que esse risco – ainda que, a bom rigor, não nos pareça dever

designar-se de terrorismo – não seja real. De facto, parece-nos pouco provável o uso de armas de destruição maciça, com efeitos catastróficos, por simples «atiradores solitários». Já não é de afastar totalmente o desenvolvimento de sucedâneos – bombas «sujas» ou de formas mais primitivas de contaminação biológica¹⁰ – por grupos profundamente alienados do sistema dominante, nomeadamente de índole milenarista, como os Davidianos e a Verdade Suprema, ou determinados a inverter o sistema de poder dominante a nível mundial, como a Al-Qaeda. De facto, há indicações fortes de esta última organização estar no mercado à procura de tais sucedâneos, não havendo razões para duvidar da sua vontade em usá-los contra alvos civis.

Mas como enquadrar a organização de bin Laden nos mais recentes estudos sobre o terrorismo? Será ela algo de inteiramente novo? Ou corresponderá a uma evolução e complexificação de um modelo já conhecido? Partilhará alguma das características de organizações terroristas anteriores que nos permitam antecipar o seu comportamento e prever o seu futuro?

Em termos de funcionamento e de base ideológica, a Al-Qaeda possui muitas afinidades com o Hizballah libanês. Foi este grupo que, em 1983, inaugurou os atentados suicidas na época contemporânea, forçando a evacuação, a curto prazo, das forças expedicionárias norte-americanas e francesas no Líbano. A sua mais recente coroa de glória foi a retirada, já em 2000, do exército israelita do sul do Líbano. Certamente que bin Laden gostaria de emular estes triunfos (nomeadamente, forçando a retirada norte-americana da Arábia Saudita). Em todo o caso, é evidente que seguiu o modelo da relação funcional entre o Hizballah e a Jihad libanesa: esta última reclamava os atentados, mas praticamente não tinha qualquer preocupação de os explicar ou legitimar – fazia a acção sem fazer a propaganda. Quanto ao Hizballah, recusava responsabilidade nos mesmos, mas justificava-os em termos teológicos e louvava os elementos que os haviam praticado, cujas ligações ao Partido de Deus são hoje mais claras do que o eram na altura¹¹.

O grupo de bin Laden apenas levou essa lógica um pouco mais longe: o grupo implicado na acção não faz sequer qualquer declaração; os atentados explicam-se pela escolha dos alvos. Depois, bin Laden encarrega-se de os abençoar e enquadrar numa luta global contra os «infiéis» e os «renegados».

Claro que a dimensão religiosa e islâmica destes movimentos não nos deve fazer esquecer o óbvio paralelismo entre esta «estrutura dupla» e o que se verifica em muito do terrorismo europeu dos séculos XIX e XX – basta recordar os casos do Sinn Féin/IRA e Herri Batasuna/ETA (ou, até, os

exemplos que nos são mais familiares do PRP/Carbonária e da FUP/FP-25 de Abril), nos quais um partido exhibe uma respeitável fachada doutrinal, por um lado, e uma ala armada realiza o «trabalho sujo», por outro.

No entanto, a especificidade da Al-Qaeda reside no facto de reclamar uma espécie de legitimidade corânica: Maomé teria dado o exemplo de uma conduta deste tipo – atacava verbalmente determinado líder de uma facção rival, alguém o assassinava, e o profeta louvava ou manifestava compreensão pela acção, e bendizia ou perdoava o assassino. Uma leitura sem dúvida constestável e contestada por muitos no seio do Islão – basta pensar nas abundantes condenações do clero sunita e xiita ao 11 de Setembro – mas com alguma base histórica¹². Por outro lado, a Al-Qaeda é o exemplo mais acabado da aplicação da estrutura em rede que um estudo da RAND defende poder vir a ser o futuro do terrorismo¹³.

A Al-Qaeda (que significa a «base», ou, o «quartel-general») constituiu-se na sequência do duplo impacto da guerrilha islâmica contra os soviéticos no Afeganistão (1979-1988) e da Guerra do Golfo (1991). Por um lado, surgiu da experiência e dos contactos de bin Laden e de um grupo de associados próximos no recrutamento e apoio logístico aos voluntários de todo o mundo islâmico no combate à URSS. Hoje é claro que estes islamitas radicais usavam tanto os EUA como os norte-americanos os usavam a eles. Por outro lado, surgiu da reacção do milionário saudita à rejeição pelo rei Fahd da sua oferta de usar essa rede para combater a ameaça representada por Saddam Hussain, a par da aceitação pelo monarca da presença militar norte-americana – ou seja, da protecção de «prostitutas judias e cristãs», como na linguagem de bin Laden são designadas as mulheres-soldado norte-americanas – no «solo sagrado» da terra natal de Maomé. Ele reiniciou as suas actividades, primeiro com base no Sudão, e depois no Afeganistão. O seu objectivo: derrubar os regimes ímpios nos países muçulmanos de forma a restaurar o califato (ou seja, a unidade perdida da *Umma* – a nação islâmica), recuperar a terceira cidade santa de Jerusalém e eliminar o inimigo «cristão e judeu» das terras dos muçulmanos. O falhanço do atentado da *Jihad* islâmica egípcia contra as torres do WTC em 1993, e a subsequente repressão dessa organização, levou a que ela se associasse, num lugar destacado, à rede de bin Laden. As Torres Gémeas, como símbolo desse falhanço, terão passado a alvo designado para mostrar ao mundo a nova força do radicalismo islamita, que vê na hegemonia norte-americana e o seu apoio aos regimes islâmicos actuais o grande obstáculo aos seus desígnios.

Que o fanatismo religioso não é incompatível com o pragmatismo fica claro no facto de a Al-Qaeda usar o modelo da rede multinacional típico das

grandes empresas mundiais, e de recorrer a um sistema de quase subcontratação para levar a cabo as suas acções violentas – realidades que o seu milionário líder conhece bem. Tão bem quanto aquilo que seria necessário para destruir um edifício como o das Torres Gémeas – bin Laden, um engenheiro civil de formação, sabia que o embate dos aviões não chegava, e que era indispensável um incêndio para provocar as elevadas temperaturas que fizeram derreter as estruturas metálicas do edifício.

O papel dos países-santuário

Qual o papel em tudo isto de países como o Afeganistão? O terrorismo patrocinado por Estados, de forma mais ou menos encoberta, é também algo com uma longa história. De facto, nestes casos, os terroristas funcionam como organizações para-militares do Estado patrocinador, como uma forma, cómoda e fácil de descartar, de levar a cabo uma acção clandestina e, portanto, com custos limitados. De facto, o uso do assassinio contra líderes inimigos é uma táctica muito antiga. E a constituição de grupos terroristas para levar a cabo acções deste tipo pode considerar-se equivalente ao apoio a actividades de guerrilha em países hostis. Claro que traçar o trilho do protegido ao protector não é demasiado complicado, sobretudo se não se pretender apresentar provas em tribunal, mas, simplesmente, justificar uma acção militar contra um poder hostil. O exemplo porventura mais famoso deste tipo de mecanismos, embora, curiosamente, raramente seja lido a esta luz, é o do assassinio do arquiduque Francisco Fernando da Áustria, em Sarajevo, a 28 de Junho de 1914, por um membro do grupo separatista sérvio-bósnio «Mão Negra», formado com o apoio e orientação dos serviços secretos de Belgrado. O Império Austro-Húngaro considerou chegado o momento de eliminar o santuário desses terroristas, e a sua declaração de guerra à Sérvia, a 23 de Julho de 1914, accionou o jogo de alianças que produziu a I Guerra Mundial. O papel destes países-santuário e do seu apoio não deve ser subestimado – aliás, ele é realçado em muita da literatura sobre o terrorismo¹⁴. Os países-santuário não apenas proporcionam a estas organizações um enraizamento que vimos ser fundamental, como lhes oferecem facilidades fundamentais ao nível da recolha de informações, de documentação e financiamento e, também, algo precioso para quem escolhe esta vida arriscada: a possibilidade de descansar em segurança e a garantia de ser apreciado. Garantia relativa, claro está. O terrorismo patrocinado por um Estado deve ser visto como as operações clandestinas dos «pobres». No entanto, com riscos: que a organização terrorista se veja desacreditada como um simples instrumento de outrem (o que por vezes é a realidade); que ela se torne

inconveniente face a uma viragem (moderada) nas opções externas do Estado protector.

Os Estados que apoiam o terrorismo são, por isso, apontados como alvos importantes em todos os estudos de contraterrorismo relevantes. E isto por duas razões fundamentais: são fáceis de atingir e têm um valor real como alvo na medida em que a sua punição dificultará as tarefas de qualquer organização terrorista.

É duvidoso que o elevado grau de coordenação que a Al-Qaeda tem demonstrado se pudesse verificar com uma liderança em fuga constante. Efectivamente, aquilo que tem caracterizado o *modus operandi* da Al-Qaeda tem sido a sua preferência pela utilização funcional das suas diversas células, no sentido de evitar a detecção e de permitir acções coordenadas de grande impacto destrutivo. Desse ponto de vista, a campanha actual dos EUA, pensada durante mais de um mês e em que certamente terão sido consultados peritos em contraterrorismo, parece fazer inteiro sentido.

Porém, que espécie de interesse nacional poderia justificar que os taliban afegãos mantivessem a sua protecção a bin Laden ao longo de uma série de anos e enfrentando crescentes pressões internacionais? Desse ponto de vista, o comportamento do Sudão parece bem mais de acordo com paradigma tradicional, nomeadamente quando os seus governantes forçaram bin Laden a abandonar o país em 1994.

Duas explicações parecem concorrer no esclarecimento deste facto: a fragmentação do poder no Afeganistão e o extremo fanatismo dos taliban, cujo líder máximo, o *mullah* Mohammed Omar, forjou uma forte ligação pessoal ao milionário saudita. Contudo, não deixa de ser curioso verificar como esse pragmatismo aflorou em meados de Setembro de 2001, quando uma assembleia de líderes religiosos pediu a bin Laden para se retirar *voluntariamente* do Afeganistão, ou quando Omar se recusou a dar-lhe ordem de expulsão (e aos voluntários estrangeiros) pois sabia que isso não apenas abriria o flanco ao inimigo, como enfraqueceria a sua liderança – que todos sabiam estar intimamente ligada à aliança com bin Laden e a Al-Qaeda. Para além da partilha de objectivos ideológicos e de uma mesma visão do mundo, estas parecem-nos ser as razões que persuadiram o regime taliban a ligar o seu destino ao de bin Laden.

A importância do pragmatismo no terrorismo em geral não significa que não faça sentido colocar a questão da *especificidade da violência terrorista por motivações religiosas*¹⁵. É um objecto de estudo complexo, a merecer abordagem autónoma, mas relativamente ao qual podemos adiantar que os estudos tendem a concluir pela aceitação de um limiar superior de sacrifício de vidas por grupos terroristas de inspiração religiosa, quer no seu próprio

seio, quer como custo operacional (o terrorismo suicida é praticamente exclusivo destes grupos, sustentado na ideia de martírio), quer em termos de número de vítimas causadas pelas suas acções. No entanto, isto não deve levar-nos a ignorar a importância dos debates suscitados por estas questões no seio dos próprios grupos. O Hizballah libanês discutiu longamente a legitimidade dos ataques suicidas, e acabou por aceitá-los apenas em circunstâncias extremas. E quer neste caso, quer no do grupo que assassinou Sadat, sempre insistiram que as suas acções visavam alvos políticos e militares legítimos, evitando vítimas civis. A condenação inequívoca pelo líder religioso do Hizballah dos atentados de 11 de Setembro foi feita precisamente nesses termos. Desse ponto de vista, parece claro que o grupo de bin Laden ultrapassou uma fronteira já ameaçada desde o ataque no metro de Tóquio pela seita da Verdade Suprema, o qual tinha a intenção de provocar milhares de mortos.

Se ninguém ou quase ninguém adivinhou com precisão o *modus operandi* seguido – o que foi um enorme trunfo dos terroristas –, a verdade é que muito tem sido escrito a respeito da possibilidade de grupos ainda mais alienados e radicalizados procurarem atingir um novo limiar de terror. A fasquia está agora bem alta. Mas a única forma de combater este fenómeno exige o mesmo grau de racionalidade e precisão de que os próprios terroristas deram exemplo nos ataques de 11 de Setembro, não esquecendo também que as causas do terrorismo são múltiplas e, muitas vezes, válidas.

Deste ponto de vista, a União Europeia tem marcado pontos¹⁶. Os Quinze têm uma estratégia de longo prazo ao nível da *soft security* – o «Processo de Barcelona» que visa criar uma área de paz e prosperidade na bacia do Mediterrâneo. E mesmo ao nível da *hard security*, os EUA, e a comunidade internacional em geral, mais do que criticar, deviam pôr os olhos na Europa, com uma longa experiência de convivência com o terrorismo, e que, por iniciativa do comissário António Vitorino, dá passos importantes em termos da coordenação dos serviços de informação, e de uma uniformização da legislação de forma a permitir a constituição de mandatos de captura válidos em todo o espaço europeu. Exemplos que deviam ser seguidos a nível internacional, desde logo no sentido de um forte apoio às convenções já existentes e à espera da ratificação no quadro da ONU. A verdade é que, neste aspecto, os atentados tiveram um impacto positivo, conferindo um impulso importante a estas iniciativas.

Conclusões

No entanto, não se podem esperar soluções milagrosas, mesmo se todos estes esquemas forem efectivamente aplicados. A eliminação do santuário afegão e, eventualmente, de parte importante da liderança da Al-Qaeda não garante, evidentemente, o fim dos riscos a que temos vindo a aludir. Porém, arriscaremos cinco conclusões fundamentais quanto ao impacto do 11 de Setembro no sistema internacional.

O unilateralismo não é realista. Claramente, os poderes dominantes a nível do sistema internacional perceberam que não podiam deixar de procurar um entendimento contra este desafio revisionista que, potencialmente, os punha em causa a todos. Até que ponto esta nova «Santa Aliança» terá condições para durar é a grande questão. Como é o saber-se se ela, justificada com a urgência de garantir a segurança internacional, não dificultará a procura de soluções de fundo para as causas profundas destes desafios, nomeadamente os enormes desníveis de poder entre as diversas regiões do mundo (e no seu interior).

A segurança é tão fungível como o dinheiro. Se houve tese derrotada neste contexto foi a de Edward Luttwak, que num célebre artigo da *Foreign Affairs* defendeu que os conflitos se devem extinguir por si próprios, sem a interferência da comunidade internacional¹⁷. Um sistema mundial cada vez mais integrado (o que está longe de significar nivelado) terá de implicar uma maior partilha dos riscos. A mundialização, o cosmopolitismo e a nova cultura organizacional em rede (que não é, afinal, assim tão nova, nem tão estranha às arcaicas redes clientelares e tribais das sociedades tradicionais) são os veículos de transmissão da (in)segurança e da (falta de) prosperidade do centro para a periferia e vice-versa. Os que se consideram como deserdados e excluídos, mesmo que o que lhes falta não seja nem dinheiro nem uma educação superior, não vão ficar à espera num qualquer país do Terceiro Mundo para combater o que consideram uma injustiça.

A centralidade tem custos a par de benefícios. Como afirmou J.-B. Duroselle no título da sua obra clássica: *Tout empire périra*¹⁸. Os EUA não estão à beira de perecer, mas o mito da sua invulnerabilidade foi definitivamente estilhaçado. O império americano terá finalmente percebido o risco de um excessivo isolamento à sombra de um excessivo poder. Terá compreendido que nem todas as partes do mundo os vêem como um poder benigno, e que o poder hegemónico tem mais necessidade de aliados do que qualquer outro para legitimar as suas acções, esconder a sua força e disfarçar a sua riqueza.

A Era pós-Watergate e pós-Guerra Fria, com a sua dupla deslegitimação dos serviços de informação terá chegado ao fim. Se todos têm insistido na

necessidade de evitar a tentação securitária e da alteração das garantias fundamentais que caracterizam o Ocidente liberal, tem ficado cada vez mais claro que a reacção a este novo limiar de ameaça passa pelo reforço dos meios à disposição dos vários serviços de informação, e pela sua coordenação a nível nacional e internacional.

O terrorismo não desaparecerá, e há o risco de que procure, com tanta imaginação como no 11 de Setembro, mostrar um ainda maior potencial destrutivo... Uma Al-Qaeda, pelo menos parcialmente decapitada e com os restos da liderança em fuga, ficará desmoralizada e incapaz de reagir, desaparecerá como sucedeu com muitos grupos terroristas no passado, ou mostrará uma face ainda mais radicalizada e determinada? Não sabemos. O que sabemos é que tal como o terrorismo, e ainda mais do que o terrorismo, não se vê como é que o medo que ele manipula alguma vez venha a ser completamente eliminado. A questão é se nos deixaremos dominar por ele, como gostariam os terroristas, ou não.

NOTAS

¹ 1 Cf. Walter LACQUEUR, *A History of Terrorism*, London, Transaction, 2001, p. 6. V. também, do mesmo autor, *The New Terrorism. Fanaticism and Arms of Mass Destruction*, Londres, Phoenix Press, 1999.

² Todd SANDLER e Keith HARTLEY, *The Economics of Defense*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 308.

³ Martha CRENSHAW, «The logic of terrorism», in Walter REICH (ed.), *The Origins of Terrorism*, 2.ª ed. revista, Washington, Woodrow Wilson Center Press, 1998, pp. 12-13, 16.

⁴ W. LACQUEUR, *op. cit.*, pp. 7 ss.

⁵ O estudo clássico – com uma reedição recente com um novo prefácio – pertence a Bernard LEWIS, *The Assassins. A radical sect in Islam*, Londres, Weinfeld & Nicolson, 2001.

⁶ Cf. Jerold M. POST, «Terrorist Psychologic: Terrorist behavior as a product of psychological forces», *Origins of Terrorism...*, *op. cit.*, pp. 25-40. E Walter REICH, «Understanding terrorist behavior...», *op. cit.*, pp. 261-279.

⁷ W. LACQUEUR, *op. cit.*, p. VIII.

⁸ Ehud SPINKZAK, «Rational Fanatics», *Foreign Policy*, Sep./Out., www.foreignpolicy.com, e também «Lone Gunmen», *Foreign Policy*, Nov.-Dec., 2001.

⁹ Idem.

¹⁰ Bombas «suja» são dispositivos explosivos clássicos a que são adicionadas partículas de plutónio, e que não produzindo uma explosão nuclear somam à destruição a difusão dessas partículas radioactivas. Quanto a métodos alternativos de contaminação biológica, temos assistido à recente campanha «postal» do antraz, com os efeitos conhecidos. E nos esconderijos da Al-Qaeda no Afeganistão foi encontrado um plano de utilização de um balão que poderia, segundo os peritos, contaminar áreas substanciais de grandes cidades. Uma vez que os livros disponíveis sobre esta organização são,

como regra, de muito reduzida qualidade, seguimos essencialmente as notícias e análises mais desenvolvidas sobre estas questões publicadas nos últimos meses pelo *Washington Post*, *The Economist*, *Le Monde* e *BBC News Online*.

¹¹ Os estudos de referência desta organização são de Martin KRAMER; ver nomeadamente «The Moral Logic of Hizballah», *The Origins of Terrorism*, *op. cit.*, pp. 131-157 e a bibliografia aí citada.

¹² Para uma extensa discussão desta questão, cf. David RAPOPORT, «Sacred Terror...», *The Origins of Terrorism*, *op. cit.*, pp. 124 ss.

¹³ John ARQUILLA *et al.*, «Networks, Netwar, and Information-Age Terrorism», in Ian LESSER *et al.* (ed.), *Countering the New Terrorism*, Santa Monica, RAND Inc., pp. 39-84.

¹⁴ Cf. Walter LACQUEUR, *ob. cit.*, pp. 156-183.

¹⁵ A obra mais recente e desenvolvida sobre esta questão, cf. Mark JUERGENSMEYER, *Terror in the Mind of God: The Global Rise of Religious Violence*, Berkley, U. of California Press, 2000.

¹⁶ Cf. o artigo de Bruce HOFFMANN, «Is Europe Soft on Terrorism?», *Foreign Policy*, Summer 2000, www.foreignpolicy.com.

¹⁷ Edward N. LUTTWAK, «Give War a Chance», *Foreign Affairs*, vol. 78, 4, July/August, 1999, pp. 36-44.

¹⁸ J.-B. DUROSELLE, *Tout empire périra*, Paris, Armand Colin, 1998.

BIBLIOGRAFIA

Bruce HOFFMANN, «Is Europe Soft on Terrorism?», *Foreign Policy* (Summer of 2000), in www.foreignpolicy.com.

Walter LAQUEUR, *A History of Terrorism*, Londres, Transaction Eds., 2001.

Walter LAQUEUR, *The New Terrorism. Fanaticism and Arms of Mass Destruction*, Londres, Phoenix Press, 1999.

Ian LESSER *et al.* (eds.), *Countering the New Terrorism*, Santa Monica, RAND Inc., 1999.

Walter REICH (ed.), 2nd rev. ed., *The Origins of Terrorism*, Washington, Wodrow Wilson Center Press, 1998.

Todd SANDLER, e Keith HARTLEY. *The Economics of Defense*, Cambridge, CUP, 1995.

Ehud SPRINKZAK, «Lone Gunmen», *Foreign Policy*, (Nov.-Dec. 2001), pp. 72-73.

Ehud SPRINKZAK, «Rational Fanatics», *Foreign Policy*, (Sep./Oct. 2000), in www.foreignpolicy.com.